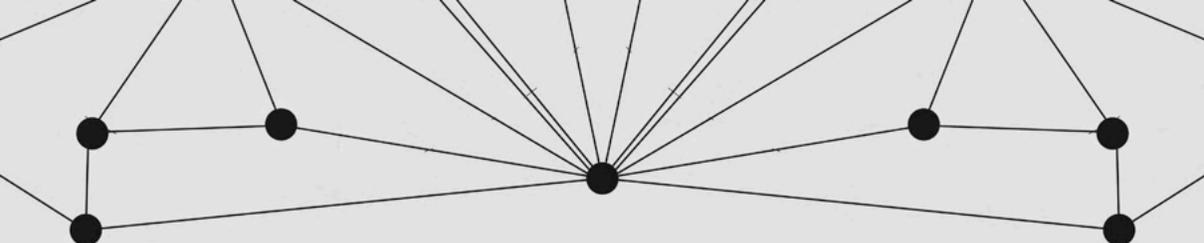


Maria Izabel Machado
(Organizadora)

SOCIOLOGIA:

Tempo, indivíduo e sociedade

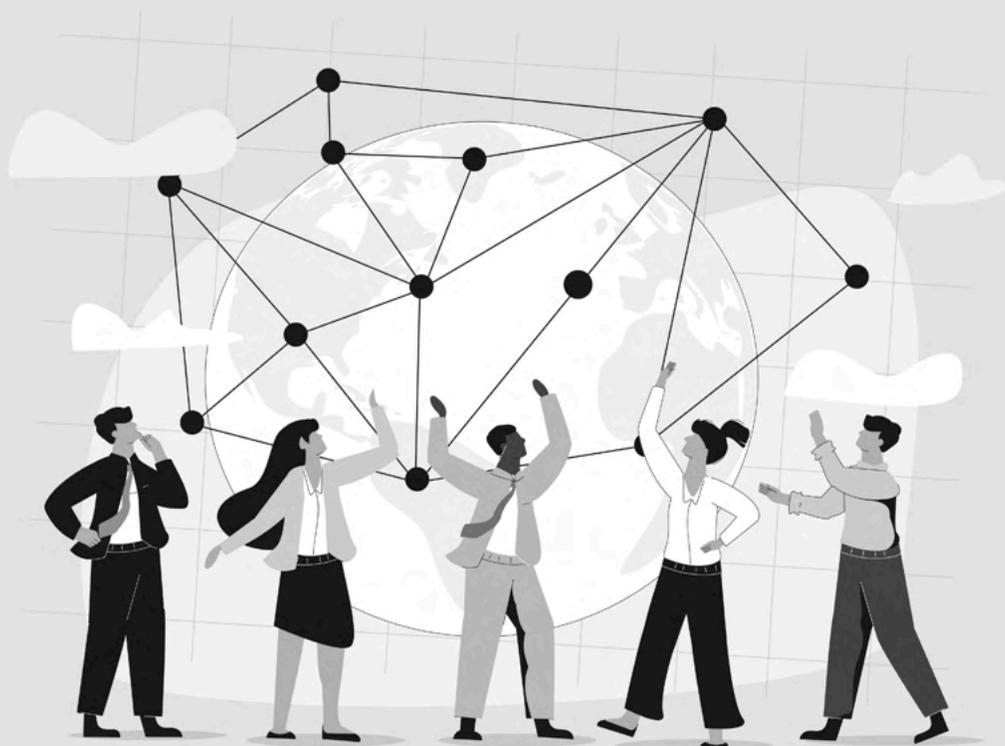




Maria Izabel Machado
(Organizadora)

SOCIOLOGIA:

Tempo, indivíduo e sociedade



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora



Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Sociologia: tempo, indivíduo e sociedade

Diagramação: Bruno Oliveira
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Maria Izabel Machado

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S678 Sociologia: tempo, indivíduo e sociedade / Organizadora
Maria Izabel Machado. – Ponta Grossa - PR: Atena,
2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0025-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.257220104>

1. Sociologia. I. Machado, Maria Izabel (Organizadora).

II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A obra *Sociologia: Tempo, Indivíduo e Sociedade* nos convida a refletir sobre um conjunto de fenômenos contemporâneos em diálogo com múltiplos saberes e perspectivas, desde o olhar sociológico. Figurando como jovem ciência em comparação com outros campos do saber, a sociologia nos permite lançar o olhar sobre temas ausentes e emergentes em diversos contextos.

Os capítulos que seguem estão organizados por de maneira a nos conduzir por essas que são ao mesmo tempo grandes questões sociológicas e a vida cotidiana como experimentada por múltiplos sujeitos. O binômio indivíduo/sociedade, que tem polarizado leituras clássicas e contemporâneas, é colocado aqui em outra perspectiva: o tempo.

Não apenas como evidência cronológica, mas como a matéria das recorrências e rupturas, o passar do tempo “embrulha tudo”, como bem definiu Guimarães Rosa. No nosso caso ele é fio condutor nas reflexões que se seguem sobre direitos, partidas, chegadas, acessos e interditos.

Boa leitura.

Maria Izabel Machado

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

CONTRIBUTOS SPINOZANOS À CRÍTICA AO CONCEITO DE IDENTIDADE SOCIAL

Rogério Pacheco Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2572201041>

CAPÍTULO 2..... 16

PERIFERIA URBANA Y DESIGUALDADES TERRITORIALES: CAPITAL SOCIAL, COMUNIDAD CÍVICA EN COMUNIDADES RURALES CONURBADAS (LEÓN, GUANAJUATO, MÉXICO)

María del Carmen Cebada Contreras

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2572201042>

CAPÍTULO 3..... 30

MENINOS EM RISCO NA AMAZÔNIA: MODELOS DE CONDUTA DESVIANTE DE JOVENS NA GESTÃO SOCIAL

Jadson Fernandes Chaves

Elizabeth Reis

Josimar Souza Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2572201043>

CAPÍTULO 4..... 47

DA MISSÃO DE PAZ À EXCLUSÃO NO “PAÍS EM PAZ”: A NEGAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE “RESISTÊNCIA” POR MIGRANTES HAITIANOS NA CIDADE DE SÃO PAULO (2016-2017)

José Vitor Barros

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2572201044>

CAPÍTULO 5..... 66

ANTECIPAÇÃO DE COMPETÊNCIAS TRANSVERSAIS E MERCADO DE TRABALHO: (IR)RELEVÂNCIA DOS STAKEHOLDERS ACADÊMICOS

Ana Paula Marques

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2572201045>

CAPÍTULO 6..... 78

ECONOMIA CIRCULAR À MODA BRASILEIRA”; UM ESTUDO EXPLORATÓRIO A PARTIR DA INTERFACE ENTRE ECONOMIA CIRCULAR E BEM VIVER

Marcos Paulo Marques Araujo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2572201046>

CAPÍTULO 7..... 100

MECANISMOS DE EXCLUSÃO DIGITAL E DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À COMUNICAÇÃO

Maria Lúcia de Paula Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2572201047>

CAPÍTULO 8.....	114
FLUXOS MIGRATÓRIOS NO SUL GLOBAL: ESTUDO DE CASO NO RIO DE JANEIRO Beatriz Castelo Branco Maciel	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.2572201048	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	123
ÍNDICE REMISSIVO.....	124

MENINOS EM RISCO NA AMAZÔNIA: MODELOS DE CONDUTA DESVIANTE DE JOVENS NA GESTÃO SOCIAL

Data de aceite: 01/03/2022

Jadson Fernandes Chaves

Doutor em Métodos Quantitativos com especialidades em Análise de Dados
ISCTE/IUL/Portugal/Lisboa

Elizabeth Reis

Doutora em Métodos Quantitativo/Universidade
Técnica de Lisboa
Professora Catedrática do ISCTE/IUL/Portugal/
Lisboa

Josimar Souza Costa

Doutor em Administração/Unifor/Ceará/Brasil

RESUMO: A realidade da Região Metropolitana de Belém (RMB), no Estado do Pará, que fica localizada na Amazônia, é o objeto do estudo. O principal objetivo foi estimar o efeito das variáveis ‘atividades de lazer’ (hedonistas, instrutivo e lúdico), ‘valoração familiar’ e ‘sentimento anômico’ sobre as condutas desviantes de jovens. No método utilizado foi abordado a modelagem de equações estruturais, para estimar os modelos e suas estruturas. O resultado do estudo aponta em direção de um modelo inovador de gestão social, com o intuito de frear as condutas desviantes de jovens, por meio de estratégias de marketing social, consolidando uma estrutura voltada à família, aos hábitos saudáveis de lazer, aos aspectos motivacionais e à relação do Estado com a comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Jovens, Condutas desviantes, Modelos de equações estruturais, Gestão social.

ABSTRACT: The reality of the metropolitan area of Belém (RMB) in the state of Pará, located in the Amazon Region, is the object of study. The main objective of this thesis is to estimate the capacity of variables “leisure activities” (hedonist, instructive and playful), “family valuation” and “anomic feeling” to explain youth deviant behavior. In the method used was approached a structural equation modeling to estimate the models and their structures. This study points towards an innovative model of social management, in order to curb the deviant behavior of youth through social marketing strategies, consolidating a dedicated family structure, healthy leisure habits, motivational aspects and Government’s relationship with the community.

KEYWORDS: Youth, deviant behavior, structural equation models, social management.

1 | INTRODUÇÃO

A realidade da Região Metropolitana de Belém (RMB), no Estado do Pará, que fica localizada na Amazônia, é o objeto de estudo.

O crescimento demográfico urbano na RMB, que se concretizou entre as décadas de 60 a 80, foi aquecido pelos fluxos intensos das migrações inter-regionais. A explosão demográfica é resultado do êxodo rural de microregiões vizinhas, tendo como fatores desencadeantes a incipiente infraestrutura social, aliada às crises agroextrativistas, questões de origem fundiária, expansão da

pecuária, falta de estrutura para a produção da agricultura familiar e inadequados créditos rurais.

Assim, criaram-se ambientes propícios à marginalização socioeconômica e a falta de sentimento de empatia. Há, então, um processo de erosão progressiva, que faz com que os valores culturais de convivência coletiva e pacífica venham a perder sua importância como referencial normativo. Neste contexto, a violência dos jovens manifesta-se na transgressão das regras sociais, perpetuando sua exclusão social.

O principal objetivo deste estudo é estimar o efeito das variáveis 'atividades de lazer' (hedonistas, instrutivo e lúdico), 'valoração familiar' e 'sentimento anômico' sobre as condutas desviantes de jovens.

No trabalho de campo, foi utilizado um questionário estruturado, desenhado a partir de estudos já testados, aplicado a duas amostras de jovens de ambos os sexos e na faixa etária de 12 a 19 anos, com 558 entrevistados das Fundações PROPAZ e FASEPA.

Os resultados foram: o fortalecimento da valoração familiar entre os jovens é um importante balizador, que influencia no equilíbrio comportamental, tendo efeito inibidor nas condutas desviantes. A mesma interação familiar é também inibidora do sentimento anômico. Quanto maior a valoração familiar dos jovens, menor será o seu sentimento anômico. O sentimento anômico atua como fator incentivador da conduta desviante ao associar-se positivamente a esse tipo de conduta, ou seja, quanto maior o sentimento de anomia social, maiores serão as condutas desviantes; neste caso, a autoestima age como fator de proteção dessa conduta. Os hábitos de lazer assumem, neste estudo, uma perspectiva psicológica, pois revelaram a capacidade estimulante (hábitos hedonistas) e inibidora (hábitos instrutivos e lúdicos) das condutas desviantes.

Este estudo aponta em direção de um modelo inovador de gestão social, com o intuito de frear as condutas desviantes de jovens, por meio de estratégias de marketing social, consolidando uma estrutura voltada à família, aos hábitos saudáveis de lazer, aos aspectos motivacionais e à relação do Estado com a comunidade.

1.1 REVISÃO DA LITERATURA

Violência urbana é um dos assuntos mais pautados nos debates mundiais. A mesma violência motivada por, ódio, ciúmes, comida, consumo, religiosidade, roubo, drogas, estupro, entre outros fatores, vista como algo inadmissível em uma sociedade que tanto fala em convivência harmônica, também é banalizada e se torna parte do cotidiano dos relacionamentos sociais, diariamente.

Segundo Galtung (1972), a violência se torna estrutural na medida em que as imperantes relações socioeconômicas obstaculizam ou até impedem o pleno desenvolvimento físico e mental das pessoas em seu cotidiano.

Além de corriqueiro, esse tema também é inquietante e muito polêmico. Aferindo valor ainda maior à paz como sua opositora, sendo considerado por estudiosos como um

fenômeno avassalador, que fere o bom convívio dos indivíduos.

Essa profunda mudança leva a um olhar mais atento aos acontecimentos urbanos, principalmente aos que refletem na sociedade como o todo, como os valores, as desigualdades, as diferenças, as injustiças, o isolamento, a falta de solidariedade e de amor ao próximo, que estão se perdendo em meio ao vazio e à distância entre as populações.

Para Arendt (1994), a violência é um sentimento de reação frente à impotência diante das perspectivas sociais que, por mais que sejam mudadas, perpetuam-se. Nisso, podem-se encontrar as respostas para atitudes violentas da juventude moradora de favelas urbanas mundiais, resultado dos valores adquiridos e acumulados durante a formação familiar (Mitschein e Paraense, 1989).

Relacionado a isso, é importante destacar que dados do programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-Habitat), de 2007, mostram que a maioria da população mundial vive em áreas urbanas, provocando o inchaço das *shanty-towns* (favelas). As favelas do Hemisfério Sul, que hoje possuem mais de um bilhão de pessoas, recebem, por ano, 30 milhões de novos moradores (Chaves e Mitschein, 2006).

Jorge Gávida, diretor do UN-Habitat para a América Latina e o Caribe, diz que as aglomerações da América do Sul, por mais que apontem núcleos de riqueza e oportunidades, têm-se revelado regiões propensas ao crime, doenças, falta de infraestrutura urbana, de apoio governamental e de oportunidades, quadro que gera pobreza, desigualdades e exclusão social de boa parte de seus habitantes.

Dados apontam para a influência decisiva do crescimento demográfico acelerado e das mudanças de comportamento nos grandes centros urbanos de países em desenvolvimento na devastação ambiental, favelização do espaço urbano, desigualdades sociais e êxodo do campo para a cidade. Essas tendências cooperam de maneira decisiva para o flagelo da violência, portando-se como porta de entrada para esses fenômenos que, muitas vezes, são incontroláveis (Chaves e Mitschein, 2006).

No Brasil, o cenário não difere muito. Existe uma profunda e enraizada polarização socioeconômica manifestada através da convivência entre a menor e maior parte da população, sendo que a menor é comandada por uma avançada sociedade industrial, com poderio produtivo e avançada tecnologia de gestão inovadora, às vezes superiores a muitas escolas europeias e americanas. Já a grande maioria não é lembrada, definha em condições sub-humanas de extrema pobreza, condenada a um futuro incerto, às margens dessa sociedade industrial, sem perspectiva de interagir com essas oportunidades abertas no mercado (Jaguaribe, 1986).

Por outro lado, a democracia brasileira, por mais que proporcione livre abertura do ponto de vista das organizações, nos diálogos e de suas estruturas em relação aos movimentos sociais e à superioridade da lei como método para solucionar conflitos, não consegue reduzir as desigualdades sociais, mesmo que os debates apontem para esse caminho. Esse desafio é balizador importante na avaliação das condições nas quais se

encontram hoje as populações mais vulneráveis. Nesse contexto, a luta deve ser para que os mais pobres possam usufruir das melhorias dessa condição, para que o Estado tenha a capacidade de implantar iniciativas políticas que visem à redução da desigualdade social.

Com o enfoque ao combate à desigualdade, pode-se, então, traçar uma estratégia, voltada à condição inicial, ou seja, para os que mais necessitam. No entanto, é preciso entender que não se pode ter como solução somente uma política de tolerância zero ao crime, contando com o aumento das forças policiais, combate ao narcotráfico e que dê condições para a melhoria da qualidade de vida dos mais pobres. (Chaves e Mitschein, 2006).

No período, foi criado o Modelo Amazônico de Desenvolvimento e Crescimento Desequilibrado Corrigido (Sudam, 1976). Desequilibrado, pois dava ênfase aos segmentos mineral, madeireiro, pesqueiro, elétrico e empresarial; e corrigido, porque o Estado interferia nas ações estruturais, socioeconômicas e ambientais desses segmentos. Essa política de modernização não se mostrou eficiente, pois o modelo não adotava característica de aporte regional de desenvolvimento, priorizando outros setores de características diferentes da região.

Nesse caso, a atitude corretiva do Estado foi atuar como moderador da economia local, mas com capacidade de planejamento além do que poderia oferecer, com uma fraca disposição de alcançar recursos financeiros que pudessem suprir as necessidades cruciais que o modelo implicava. Portanto, tornou-se um sistema incipiente de gestão desses recursos. Foi uma política de desenvolvimento que não dispunha dos meios técnicos e financeiros necessários para sobrepor os desequilíbrios provocados (Chaves e Mitschein, 2006).

Do ponto de vista político, a população que viveu este movimento de marginalização socioeconômica ficou exposta a mazelas irreversíveis em alguns casos. Nesse caso, há a tendência de cobrar mais do poder público, exigindo o mínimo de condições básicas para satisfazer necessidades urgentes. Mas, na maioria das vezes, tais necessidades não são atendidas de acordo com as demandas, já que o Estado não dispõe de recursos financeiros para suprir as carências na periferia urbana. Portanto, ressalta-se que setores marginalizados da sociedade foram inseridos nessas estruturas urbanas em condições precárias de sobrevivência.

Assim, há um cenário negativo que impede a consolidação e a reprodução pacífica da síntese social nas aglomerações urbanas, estando essas ligadas a setores marginalizados em seu contexto histórico. Há, ainda, as mensagens, imagens e interlocução das mídias sobre a sociedade de consumo, balizadas por telenovelas, filmes, noticiários e internet, que disseminam que só tem valor quem possui os melhores e mais caros bens, como moradias adequadas, carros do ano, produtos de última geração - vestuário, calçados, celulares inovadores, iPad e tablet. Os consumidores, segundo Bauman (2008), são bombardeados de todos os lados por sugestões de que precisam se equipar com um ou outro produto

fornecido pelas lojas se quiserem ter a capacidade de alcançar e manter a posição social que desejam cumprir suas obrigações sociais e proteger a autoestima.

1.2 REFERENCIAL TEÓRICO

1.2.1 REFERENCIAL TEÓRICO SOBRE AS CONDUTAS DESVIANTES

Para dar um enquadramento confiável ao estudo, foi realizada pesquisa bibliográfica, a fim de sustentar as hipóteses relacionadas às condutas desviantes em jovens e as variáveis que influenciam esses atos. Esse referencial dará robustez ao trabalho, com o intuito de validar a teoria.

As condutas desviantes são responsáveis por grande parte das atitudes violentas que tangenciam as normas sociais e humanas, aparecendo, quase sempre, na fase da adolescência. Não é dada, muitas vezes, a importância devida, podendo levar os jovens, desde a adolescência, à formação de gangues, a práticas de jogos de diversão violentos e de vandalismo, a alto consumo de álcool e de drogas ilícitas e a atitudes não éticas e violentas contra o outro (Formiga e Gouveia, 2005).

Estudos recentes mostram que existe uma relação significativa entre o envolvimento dos adolescentes em comportamentos de risco e certas características do ambiente familiar, problemas relacionados à falta de comunicação ou de expressão inadequada de aceitação, compreensão, de coesão afetiva e de apoio dos pais. Junte-se a isso, a disciplina dos pais com base em controle permissivo ou autoritário, com influência decisiva no comportamento e significativamente relacionada com o comportamento antissocial e delinquente (Barrera e Li, 1996; Baumrind 1978, Demaray e Malecki, 2002; Musitu et al., 2007).

A pesquisa sugere que as diferenças de comportamentos violentos são atribuíveis aos contextos familiares, após o controle de desigualdade de renda (Conger et al., 1992; Heimer, 1997).

Os pais podem ter uma influência protetora sobre seus filhos, devido ao seu afeto durante toda a criação. A investigação descobriu práticas parentais positivas, que incluem o estabelecimento de diretrizes claras, relacionadas ao comportamento positivo e ao monitoramento dos atos - a entrega de consequências justas e consistentes podem agir como um amortecedor, protegendo um adolescente do envolvimento em comportamentos violentos ou delinquentes (Gorman-Smith e Tolan, 2004; Griffin et al., 2000; Herrenkohl et al., 2003).

Outro estudo concluiu que as famílias desempenham um papel importante na estrutura social e na diretriz de um comportamento adequado (Windle et al., 2010).

Stattin e Kerr (2000) mostra que os adolescentes com maior apego são menos propensos a se envolver em delinquência grave, incluindo o comportamento violento e antissocial na esfera familiar. Crianças com fortes ligações com os pais podem ser mais propensas a relacionar-se e a obedecer em situações adversas, tendo também mais facilidade em se comunicar com seus pais e acompanhá-los em suas decisões.

Outros pesquisadores argumentaram que a supervisão dos pais afeta diretamente o comportamento desviante. As crianças que estão cientes de que estão sendo monitoradas são menos propensas a se envolver em comportamentos desviantes (Griffin et al., 2000), enquanto que as que não são constantemente monitoradas, são mais propensas a se envolver em situações violentas (Dishion e McMahon, 1998).

Quando um jovem age com violência, é possível caracterizar as atitudes violentas que podem estar por trás disso, como o uso de drogas e condutas desviantes. Portanto, para identificar os construtos que fazem parte da composição do fenômeno violência, é de fundamental importância analisá-los um a um ou relacioná-los através da convergência entre eles (Elzo, 1999).

As condutas desviantes entre jovens podem ser desmembradas em condutas antissociais e delitivas, fazendo referência ao comportamento transgressor, antiético e social. As condutas antissociais baseiam-se na falta de aplicabilidade das normas sociais vigentes, sendo as regras quebradas, mas não causando danos físicos, somente rompem com algumas atitudes positivas em relação ao comportamento adequado. As condutas delitivas, por sua vez, ferem leis vigentes e enfraquecem os laços de convivência harmônica, pois as atitudes negativas são merecedoras de punição, por serem passíveis de causar danos graves, morais e/ou físicos (Formiga e Diniz, 2011).

É importante ressaltar que os jovens que apresentam condutas antissociais não, necessariamente, tornam-se delinquentes, mas quando essas atitudes não são freadas, por uma prática parental responsiva ou por professores exigentes, é grande a probabilidade de converterem-se em conduta delitiva (Formiga e Diniz, 2011).

A adaptação comportamental dos adolescentes e o desenvolvimento do comportamento desviante têm mostrado que as condições encontradas no indivíduo, na família, na escola e na comunidade, bem como suas interações, podem influenciar na probabilidade de envolvimento em atividades de risco. Assim, argumenta-se que os fatores de risco presentes em jovens têm maior probabilidade do envolvimento em comportamentos ofensivos (McCord et al., 2001).

O comportamento antissocial de alguns adolescentes é considerado temporário e situacional: depende do meio, da fase e do estilo de vida. Mas, uma minoria de adolescentes têm comportamento antissocial constante e pode persistir até a idade adulta. Em particular, no que diz respeito aos problemas de comportamento, os de comportamento constante, parecem mostrar escalonamento, isto é, progressão de mau comportamento a mais grave e, por fim, criminosa (Pudney, 2002).

1.2.2 REFERENCIAL TEÓRICO DO MARKETING SOCIAL

Kotler e Roberto (1992) afirma que o marketing social é uma estratégia de comportamento, combinada com os mais importantes atributos e abordagens tradicionais

responsáveis pela mudança social e contidos em um plano de ação interligado, com avanços tecnológicos das áreas de comunicação e a estrutura do marketing tradicional.

Na análise de Goldberg (1995), é sugerido um alargamento no âmbito do domínio do marketing social existente. Tais objetivos de mudança de comportamento individual são articulados com objetivos sociais mais amplos de mudança nos níveis políticos e no ambiente social. Assim, além do interesse para os comerciantes sociais que trabalham para a mudança do comportamento individual, o potencial do marketing social pode afetar a política de resultado, isto é, um fator preponderante para a mudança de comportamentos individuais, como: a redução das taxas de fumadores de cigarros, tem influência positiva e decisiva nos custos de saúde, levando a proibição ou diminuição da comercialização dos produtos oriundos do tabaco.

Atualmente, o conceito de marketing social baseia-se em um processo destinado à aplicação de técnicas de marketing para criar, expressar, comunicar e expor valor, com o objetivo de influenciar o comportamento do público-alvo que se quer alcançar (Kotler e Lee, 2011).

Para (Quinn et al., 2007), a aplicação dos princípios tradicionais de marketing social para a promoção de comportamentos tem influência na saúde comportamental, baseado na teoria da troca do marketing tradicional, que afirma que os consumidores vão adotar mudanças de comportamento quando as barreiras são reduzidas de acordo com suas necessidades específicas.

Na visão de Bloom e Novelli (1981), marketing social é um esforço que pode ser exercido por organizações com fins lucrativos (por exemplo, a Anheuser-Busch, incentivando o consumo responsável), bem como por organizações sem fins lucrativos e públicas. Em outras palavras, independentemente do patrocinador, incentivando as partes interessadas a se envolver em comportamentos socialmente responsáveis, todas as instituições são bem-vindas, se vierem com o objetivo de ajudar a causa socialmente responsável.

O marketing social gera mudança de comportamento através da criação de incentivos ou consequências que abordam trocas voluntárias. Especificamente, os comerciantes sociais buscam identificar barreiras para a mudança de comportamento e destacar os benefícios que são relevantes para o público a que se destina, como algumas mulheres que amamentam por causa dos benefícios de saúde para crianças desconhecidas ou àquelas que optam por amamentar para criar um único vínculo criado entre mãe e filho.

Tal como a educação, o marketing social oferece às pessoas uma escolha sobre comportamento adequado e auxilia em alterar o ambiente, para tornar o comportamento recomendado e mais vantajoso, selando a relação custo-benefício mais favorável (Quinn et al., 2007).

Um conceito recente de marketing social o aponta como uma metodologia inovadora capaz de fazer evoluir nas atitudes sociais em relação ao modo de lidar com ideias, modo de agir, conceitos, ações, comportamentos e/ou práticas. Nesse caso, visa

promover transformações sociais adequadas em cada indivíduo e o marketing da mudança de comportamento que deve atingir uma larga influência em um curto período de tempo, assegurando tanto as mudanças comportamentais planejadas quanto a sua continuidade ao longo do tempo (efetividade) (Leandro et al., 2004).

Marketing social, portanto, é conceituado como o conjunto de técnicas inovadoras em marketing tradicional, baseados nos 4Ps e no bem-estar comum das pessoas, com ênfase nos aspectos sociais, e tendo como intuito alterar comportamentos e atuar na prevenção e proteção de problemas socioambientais e culturais, gerando envolvimento de toda a comunidade.

Desta forma, ele deve se preocupar com algumas questões fundamentais da atualidade: de cunho socioambiental, no que se refere à escassez de recursos e à devastação do meio ambiente, e proteção social, no que se refere à explosão populacional, desigualdade, fome, violência e pobreza mundial, buscando a harmonia entre lucro, satisfação dos consumidores e o interesse público (Mendonça e Schommer, 2000).

É nesse contexto que se enquadram as ações desenvolvidas pela Fundação PROPAZ.

2 I MÉTODOS E PROCEDIMENTO DA PESQUISA

O objeto do estudo são os jovens que cometeram atos infracionais, que cumprem medidas socioeducativas em 11 unidades da FASEPA e jovens participantes do programa PROPAZ, especificamente do projeto PROPAZ nos Bairros, em situação de risco social. Todos na faixa etária de 12 a 19 anos e que moram na RMB (Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara).

A orientação do estudo seguiu cinco etapas metodológicas. A primeira etapa, desenvolvida nos capítulos anteriores, consistiu em uma revisão bibliográfica das fontes secundárias, como: teses de mestrado, doutorado, revistas, jornais e internet, entre outros.

A segunda etapa consistiu na definição e conceitualização do modelo teórico a partir da escolha das variáveis selecionadas. O modelo conceitual foi baseado em vários estudos de diversos autores, que abordaram o tema a partir de modelos de equações estruturais, baseados na violência urbana cometida por e contra a juventude.

Na fase seguinte, optou-se pela pesquisa primária com os jovens que são assistidos nas unidades de medidas socioeducativas da FASEPA e com jovens atendidos pelo projeto PROPAZ nos Bairros, realizado pela Fundação PROPAZ. Nesta etapa, foi aplicado um questionário com perguntas fechadas, também chamadas de alternativa fixa. Nesse caso, o entrevistado teve de optar por uma das alternativas propostas pela equipe de pesquisa.

Na quarta etapa, foram realizadas as digitações, codificações, tabulações, tratamento e a condensação da informação vinda do campo de pesquisa. Optou-se pelo uso do Software SPSS 22.0 e do módulo AMOS. O AMOS utiliza o método de estimação mais

aplicado nos modelos de equações estruturais e permite a análise de variáveis categóricas, no entanto, há ausência nas análises das correlações policóricas (Marôco, 2010).

Já na última fase do estudo, foram realizados testes para a validação do modelo teórico proposto. Optou-se pela análise de modelos de equações estruturais, para identificar os diversos relacionamentos existentes entre as variáveis latentes, envolvidas no processo a partir das hipóteses propostas.

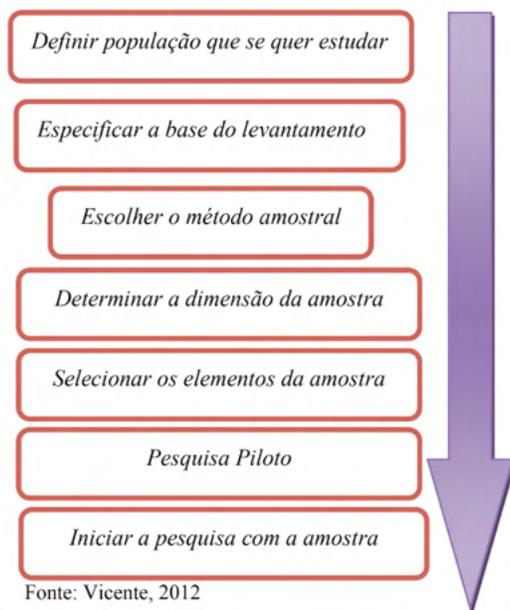


Figura 1 - Etapas do plano amostral.

Fonte: Vicente, 2012.

No caso específico deste estudo, as dimensões amostrais, para o caso de dispersão máxima da população, são de 270 e 288 elementos, respectivamente para a população de jovens apreendidos que cumprem medidas socioeducativas na FASEPA e participantes do programa PROPAZ nos Bairros.

Unidades de atendimento socioeducativo - RMB	Quant.	%	Dimensões amostrais	%
Serviço de Atendimento Social (SAS)	4	1,1	3	1
Centro de Internação do Adolescente Masculino (CIAM Sideral)	98	28,1	76	28

Centro de Internação Jovem Adulto Masculino (CIJAM)	28	8,1	22	8
Centro Juvenil Masculino (CJM)	21	5,9	16	6
Centro Socioeducativo Masculino (CSEM)	45	12,6	34	13
Centro Socioeducativo de Benevides (CSEB)	56	15,9	43	16
Centro de Adolescentes em Semiliberdade (CAS)	26	7,4	20	7
Unidade de atendimento socioeducativo (UASE)	34	9,6	26	10
Centro Atendimento socioeducativo feminino (CASF)	14	4,1	11	4
Centro Socioeducativo Feminino (CSEF)	25	7	19	7
Total	350	100	270	100

Tabela 1 - Quantidade de socioeducandos na faixa etária de 12 a 19 anos e estratos proporcionais das entrevistas realizadas na FASEPA/RMB.

Fonte: Governo do Pará - 2014.

Polos PROPAZ	Quant.	%	Dimensões amostrais	%
Sacramenta	630	35,8	102	35,4
UFRA	390	22,2	67	23,3
Mangueirão	278	15,8	45	15,6
UFPA	241	13,7	39	13,5
IESP	220	12,5	35	12,2
Total	1.759	100	288	100

Tabela 2 - Quantidade de jovens atendidos na faixa etária de 12 a 19 anos nos polos do PROPAZ e estratos amostrais na RMB.

Fonte: Governo do Pará - 2014.

3 I RESULTADOS DA PESQUISA E DISCUSSÃO

Depois da análise das pontuações médias, desvios padrão, valores máximo e mínimo e as curtoses dos itens do modelo de medida, recorreu-se à Análise Fatorial Confirmatória (AFC) a partir das cargas fatoriais, para analisar os índices de fiabilidade dos construtos.

Nesse ponto, é possível observar uma das análises de confiabilidade das escalas administradas no estudo, o *alfa do Cronbach*. Pode-se verificar que seus valores apresentaram alfas de acordo com o padrão aceitável, que segundo Hill (2000), é acima de 0,70. Vale destacar que os alfas da escala de condutas desviantes (antissocial e delitiva) e valoração familiar ficaram acima de 0,90, um valor do índice excelente.

Também analisou-se a validade das medidas proporcionadas pelo modelo fatorial

final (Graver e Mentzer 1999): a validade convergente permite determinar até que ponto duas medidas do mesmo conceito estão correlacionadas, ou seja, até onde os vários itens associados a um mesmo construto, partilham um elevado nível de variância comum. Para avaliar a validade convergente foram utilizados valores do VEM e da fiabilidade compósita e, ainda, magnitude, direção e significância dos pesos fatoriais.

Analisando os resultados, verificou-se que os valores da fiabilidade compósita foram adequados em todos os fatores, apresentando todos os valores iguais ou superiores a 0,70, conforme indicado por Hair et al. (1998). Em relação a VEM, todos os valores foram iguais ou superiores a 0,5. Com isso, pode-se concluir que o instrumento de medida possui validade convergente (tabela 3).

Variáveis	Fiabilidade Compósita	VEM	Alfa de Cronbach
Lúdico	0,85	0,54	0,73
Sentimento Anômico	0,86	0,56	0,78
Valoração Familiar	0,95	0,73	0,91
Hedonista	0,73	0,50	0,71
Instrutivo	0,80	0,56	0,70
Condutas antissociais	0,84	0,58	0,97
Condutas delitivas	0,85	0,59	0,98

Tabela 3 - Comparativos entre os valores de fiabilidade: Alpha de Cronbach, Fiabilidade Compósita e Variância Extraída Média (VEM).

Foi também avaliada a validade discriminante (VD) dos construtos que, segundo revela Fornell e Larcker (1981), permite avaliar até que ponto um construto é diferente de todos os outros.

A figura 2 apresenta os resultados do modelo global estimado. A partir do modelo global de medida, foi possível construir as estimativas das correlações e os valores de R^2 , e, desta forma, montar uma matriz (tabela 4). Nota-se, na parte superior, que os valores estimados foram adicionados, assim como os valores de VEM na diagonal principal, destacados em azul. A interpretação deve atender ao indicado por Fornell e Larcker (1981), na parte inferior da tabela os valores de R^2 devem ser inferiores aos valores de VEM, para que atendam aos critérios de VD. Nota-se que todos os valores foram inferiores ao VEM, indicando validade discriminante adequada, portanto, não necessitando da aplicação de outro teste de VD.

Variáveis	AHLi	AHLlu	AHLh	CDDE	CDAN	IDF	SA
AHLi	0,56						
AHLlu	-	0,54					
AHLh	-	-	0,50				
CDDE	0,12	0,35	0,06	0,59			
CDAN	0,43	0,13	0,03	-	0,58		
IDF	0,27	0,33	0,08	-	-	0,73	
SA	-	-	-	0,38	0,32	0,10	0,56

Tabela 4 - Matriz de VEM e R².

Nota: Na diagonal principal encontra-se os valores de VEM.

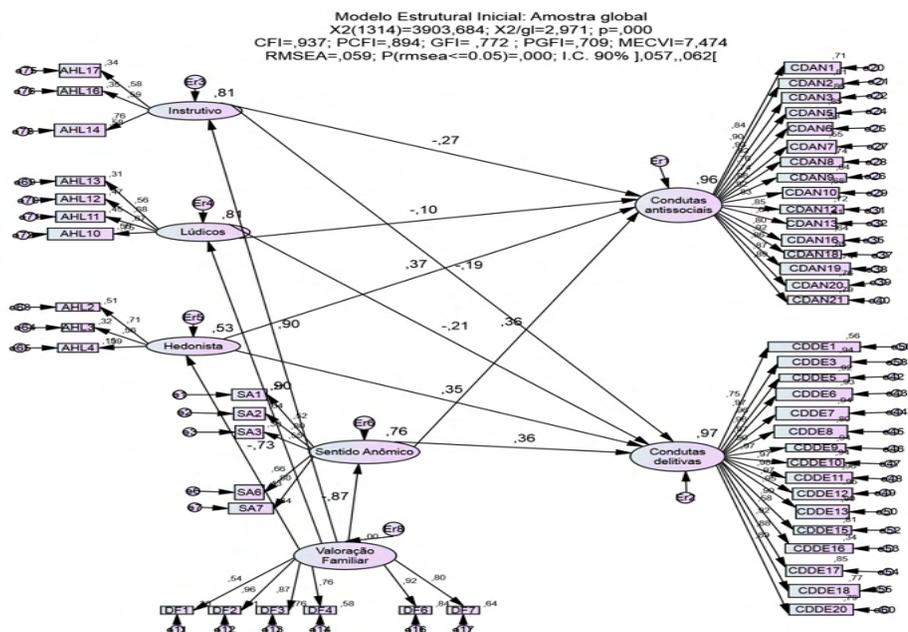


Figura 2 - Representação gráfica do modelo global hipotético das condutas desviantes.

Para identificar quais os pesos estruturais foram responsáveis pelas diferenças entre os dois grupos de jovens foi aplicado um teste paramétrico t-Student; na figura 3 apresenta-se um resumo das principais conclusões relativas às estimativas encontradas para os três modelos gerados: Modelo Global, PROPAZ e FASEPA. É importante ressaltar o efeito da valoração familiar sobre as outras variáveis que compõe o modelo. Quando ela se relaciona de forma secundária e mediadora com as condutas desviantes, tem uma forte influência sobre elas: modelo global ($\lambda = -0,93$), modelo PROPAZ ($\lambda = -0,77$) e FASEPA ($\lambda = -0,92$) e sobre as condutas antissociais, modelo global ($\lambda = -0,92$), modelo PROPAZ ($\lambda = -0,20$) e FASEPA ($\lambda = -0,93$). Isso demonstra que quanto maior o efeito da valoração familiar sobre as condutas desviantes, menor será o comportamento desviantes desses

jovens, ou seja, jovens que têm uma boa relação familiar (relação com os pais, irmãos, tios, sobrinhos, cunhados, primos, entre outros familiares) são mais propensos a ter menos condutas desviantes.

O efeito da valoração familiar sobre os hábitos de lazer (hedonista) foi forte e negativo nos modelos global ($\lambda = -0,73$) e FASEPA ($\lambda = -0,71$). Conclui-se, com isso, que quanto maior o efeito da valoração familiar sobre os hábitos hedonistas, menor será o comportamento hedônico. No caso do PROPAZ, o efeito foi positivo e não significativo a $p > 0,01$, ($\lambda = 0,10$). A explicação para o efeito positivo ocorre devido os participantes do PROPAZ receberem ações e ensinamentos específicos sobre as relações familiares e comportamentos em grupos, através de valores que diminuem os efeitos desses comportamentos, ou seja, os jovens que participam do PROPAZ nos Bairros assimilam o comportamento hedonistas de forma positiva quando relacionados à questão intra-familiar.

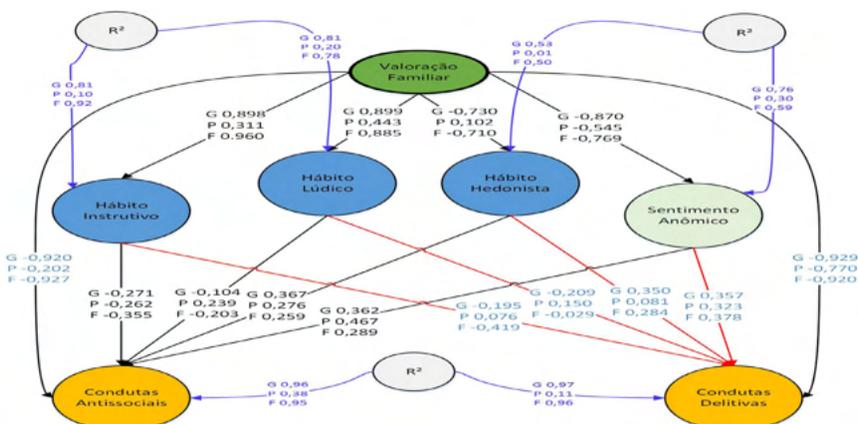


Figura 3 - Resumo comparativo das estimativas estandardizadas dos três modelos, amostra Global, amostra PROPAZ e amostra FASEPA.

Nota: G - modelo Global; P- modelo PROPAZ; F- modelo FASEPA.

4 | CONCLUSÃO

A partir dos resultados consolidados, não é possível estimar o quanto a direção das entidades públicas citadas, PROPAZ e FASEPA, estaria errada em sua política de gestão. No entanto, ao sinalizarmos que os jovens que disseram dar mais importância nas relações intra-familiares tendem a ter menos atitudes violentas e jovens que praticam mais esporte e lazer (lúdico e instrutivo) também seguem na mesma direção, abre-se um leque de opções que pode ilustrar uma perspectiva mais animadora do ponto de vista social no convívio comunitário e parental das boas práticas e das relações. Neste caso, os ensinamentos corretos dos pais, avós e professores, fundamentalmente, podem consolidar um modelo inovador, que consiga resultados positivos para frear as condutas desviantes.

O estado precisa pensar em um novo modelo de gestão social, visando uma política pública baseada em metodologia que aponte para o fortalecimento dos laços intra-familiares e práticas de atividades lúdicas e instrutivas, e para a qualificação dessa juventude para o mercado de trabalho. Ele precisa, mais do que nunca, dar uma resposta convincente à sociedade, implementando projetos que fortaleçam o convívio familiar e comunitário.

Outro ponto a ser discutido em relação à FASEPA: os jovens que estão apreendidos não demonstraram avanços comportamentais significativos para conter as condutas desviantes, quando comparados aos jovens que participaram do projeto PROPAZ nos Bairros. Os comportamentos não mudaram em 61,3% dos que estavam apreendidos em regime fechado e disseram ser reincidentes uma ou mais vezes em um período de até um ano, enquanto que 52% dos que estavam em regime semiaberto declararam ter tais atitudes.

Diante desse cenário preocupante, é importante que a gestão da FASEPA adote estratégias de ressocialização desses jovens pautadas em ações que possam impactar na autoestima social, que promova a inclusão dos socioeducandos no convívio harmônico, e na estrutura familiar que, em sua maioria, estão enfraquecidas, segundo confirma este estudo: 51% jovens da FASEPA viveram a maior parte das suas vidas sem, pelo menos, um dos pares -mãe ou pai, 21% declararam que não estavam estudando no momento da pesquisa, 67% ou eram analfabetos, ou não tinham completado o ensino fundamental. Entre eles, 48,5% eram pretos; 5,7% declararam que a família não tem renda alguma; 75,1% que a família ganha até um salário mínimo, e 68,5% declararam não possuir religião.

Os resultados mostram, ainda, que o fortalecimento da dinâmica familiar nos aspectos subjetivos da relação humana (confiança, afeto, compreensão, perdão entre outros,) diminuem as intensidades das condutas desviantes. Por isso, conclui-se que é importante buscar alternativas de fortalecimento familiar desses jovens, criando alternativas de consolidação dessa relação através de projetos de apoio à estruturação familiar, como: fortalecimento dos aspectos educacionais, na saúde, emprego, renda, moradia, esportes e oportunidades igualitárias.

REFERÊNCIAS

[1] ARENDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro, 1994.

[2] BAUMAN, Z. **Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro, 2008: Zahar.

[3] BAUMRIND, D. **Parental disciplinary patterns and social competence in children**. *Youth and Society*, 9, 239-276, 1978.

- [4] BARRERA, M.J. e LI, S.A. **The relation of family support to adolescents' psychological distress and behavior problems.** In G. R. Pierce, and I. G. Sarason (Eds.), *Handbook of social support and the family*, 313-343. New York, 1996: Plenum Press.
- [5] BLOOM, P.N. e NOVELLI, W.D. **Problems and Challenges in Social Marketing, Journal of Marketing**, 45 (Spring), 79-88, 1981.
- [6] CHAVES, J.F. e MITSCHHEIN, T. **Crescimento, Pobreza e Violência em Belém.** 2ª edição. Numa Ufpa, Poema, 2006.
- [7] CONGER, R.D., CONGER, K.J., ELDER, G.H., LORENZ, F.O., SIMONS, R.L. e WHITBECK, L.B. **A family process model of economic hardship and adjustment of early adolescent boys.** *Child Development*. 63:526-541, 1992.
- [8] DEMARAY, M.P. e MALECKI, C.K. **The relationship between perceived social support and maladjustment for students at risk.** *Psychology in the Schools*, 39, 305-316, 2002.
- [9] DISHION, T.J. e MCMAHON, R.J. **Parental monitoring and the prevention of child and adolescent problem behavior: A conceptual and empirical formulation.** *Clinical Child and Family Psychology Review*, 1:61-75, 1998.
- [10] ELZO, J.I. **Materiales para estudio y prevención de la violencia juvenil.** Disponível em http://www.fad.es/sala_lectura/ Acesso em 15 de Março de 2013, 1999.
- [11] FORMIGA, N.S. e GOUVEIA, V.V. **Valores humanos e condutas antissociais e delitivas.** *Revista Psicologia: Teoria e Prática*. Paraíba, 2005.
- [12] FORMIGA, N.S. e DINIZ, A. **Estilo da Orientação Cultural e Condutas Desviantes:** Testagem de um Modelo Teórico. *Revista Psicologia em Pesquisa*, UFJF, 2011.
- [13] FORNELL, C. e LARCKER, D.F. **Evaluating structural equation models with unobservable variables and measurement error.** *Journal of Marketing Research*, 18(1), 39-50, 1981.
- [14] GALTUNG, J. **Theorien des Friedens, in.: Senghaas, A.** (Ed) *Kritische Friedensforschung*, Frankfurt am Main, 1972.
- [15] GORMAN-SMITH, D., HENRY, D.B. e TOLAN, P.H. **Exposure to community violence and violence perpetration: the protective effects of family functioning.** *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology*. 33:439-449, 2004.
- [16] GOLDBERG, E. **Social Marketing: Are We Fiddling While Rome Burns?** *Journal of Consumer Psychology*, 4 (4), 347-70, 1995.
- [17] Governo do Pará. **Relatório FASEPA**, Belém-Pa, Brasil, 2014.
- _____ (2014). *Relatório PROPAZ*, Belém-Pa, Brasil.
- [18] GRAVER, M.S. e MENTZER, J.T. **Logistics research methods: employing structural equation modelling to test for construct validity.** *Journal of Business Logistics*, n. 20 (1), 33-57, 1999.

- [19] GRIFFIN, K.W., BOTVIN, G.J., SCHEIER, L.M., DIAZ, T. e MILLER, N.L. **Parenting practices as predictors of substance use, delinquency, and aggression among urban minority youth: Moderating effects of family structure and gender.** *Psychology of Addictive Behaviors*, 14, 174-184, 2000.
- [20] HAIR, J.F., ANDERSON, R.E., TATHAM, R.L. e BLACK, W.C. **Multivariate Data Analysis**, 5. th ed., Prentice Hall, Upper sanddle River, New Jersey, 1988.
- [21] HEIMER, K. **Socioeconomic status, subcultural definitions, and violent delinquency.** *Social Forces*. 75, 7, 99-833, 1997.
- [22] HERRENKOHL, T.I., HILL, K.G., CHUNG, I.J, GUO, J., ABBOTT, R.D. e HAWKINS, J.D. **Protective factors against serious violent behavior in adolescence: A prospective study of aggressive children,** *Social Work Research*, 27, 179-191, 2003.
- [23] HILL, M. e HILL, A. **Investigação por Questionário.** Lisboa: Edições Sílabo, 2000.
- [24] JAGUARIBE, G. **Brasil, 2000: para um Novo Pacto Social,** Rio de Janeiro, 1986.
- [25] KOTLER, P. e ROBERTO, E. **Marketing Social: Estratégias para alterar o comportamento Público.** Editora Campus. Rio de Janeiro, 1992.
- [26] KOTLER, P. e LEE, N.R. **Marketing Social: Influenciando comportamentos para o bem.** Editora Bookman. 3ª Edição, Rio de Janeiro, 2011.
- [27] LEANDRO, F., LUCILENE, F., STAVARENGO, W., MANHARELO, R., R, A. e SCOARIZE, R. **Marketing social: um novo diferencial para competitividade das marcas ou empresas.** III Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicada. Cascavel, Paraná, 2004.
- [28] MARÔCO, J. **Análise de Equações Estruturais. Fundamentos Teóricos, Software e Aplicações.** Report Number, Lda. Lisboa, 2010.
- [29] MENDONÇA, P. e SHOMMER, P.C. **O Marketing e sua Relação com o Social: dimensões conceituais e estratégicas e o caso de duas organizações em interação.** In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração (ENANPAD), Florianópolis, 2000.
- [30] MITSCHIN, T e PARAENSE, M. **Urbanização Selvagem e Proletarização Passiva da Amazônia.** *O caso de Belém.* Belém, 1989.
- [31] MUSITU, G., ESTÉVEZ, E. e EMLER, N. **Adjustment problems in the family and school context, attitude towards authority, and violent behaviour at school in adolescence.** *Adolescence*, 42, 779-794, 2007.
- [32] MCCORD, J., WIDOM, C.S. e CROWELL, N.A. **Juvenile crime. Juvenile justice. Panel on juvenile crime: Prevention, treatment, and control.** Washington, DC: National Academy Press, 2001.
- [33] PUDNEY, S. **The road to ruin? Sequences of initiation into drug use and offending by young people in Britain** (Home Office Research Study 253). London: Home Office, 2002.
- [34] QUINN, G.P., ELLISSON, B.A., LOOMIS, W. e TUCCI, M. **Adolescent perceptions of violence: Formative research findings from a social marketing campaign to reduce violence among middle**

school youth. *Journal of the Royal Society of Public Health*, 121, 357-366, 2007.

[35] STATTIN, H. e KERR, M. **Parental Monitoring: A reinterpretation.** *Child Development*, 71, 1072-1085, 2000.

[36] SUDAM. **II Plano Nacional de Desenvolvimento, Programa de Ação do Governo Para a Amazônia.** 1975-1978, 1976.

[37] VICENTE, P. **Estudos de Mercado e de Opinião. Princípios e aplicações de amostragem.** Lisboa: Sílabo, 2012.

[38] WINDLE, M., BRENER, N., CUCCARO, P., DITTUS, P., KANOUSE, D.E. e MURRAY, N. **Parenting predictors of early-adolescents' health behaviors: Simultaneous group comparisons across sex and ethnic groups.** *Journal of Youth and Adolescence*, 39, 594-606, 2010.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aprendizagem 66, 67, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 123

Assentamentos humanos 32

B

Bem viver 78, 79, 80, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98

C

Capital social 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29

Comunicação 12, 34, 36, 66, 73, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113

Cooperação 12, 66, 68, 70, 71, 73, 74, 89, 92

D

Democracia 1, 10, 18, 20, 22, 24, 29, 32, 53, 54, 60, 63, 93, 94, 100, 101, 104, 106, 107, 108, 110, 111, 113, 114

Desigualdades 3, 16, 32, 58, 64, 76, 98, 111, 112, 114

Direitos 1, 13, 72, 78, 80, 91, 94, 95, 96, 97, 101, 102, 103, 104, 105, 117, 122, 123

Direitos humanos 1, 13, 72, 78, 80, 91, 94, 95, 96, 97, 103, 104, 122, 123

Discriminação 47, 48, 49, 52, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63

E

Economia circular 78, 79, 80, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 99

Economia linear 78, 79, 81, 82, 83, 84, 86, 92, 93, 96, 97

Ensino superior 58, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 123

Equações estruturais 30, 37, 38, 45

Exclusão digital 100, 101, 110, 111, 112, 113

G

Gestão social 30, 31, 42

Globalização 1, 3, 10, 69, 80, 81, 82, 98

H

Haiti 47, 48, 52, 53, 54, 56, 60, 64, 114, 117, 118

I

Identidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 47, 54, 56, 63, 98, 116

Identidade social 1, 2, 3, 4, 6, 7, 9, 11, 13

Igualdade 7, 76, 100, 101, 102, 110, 112

Individualização 1, 2, 3, 7

J

Jovens 30, 31, 34, 35, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 70, 77

M

Migrações 30, 49, 63, 114, 115, 116, 117, 121, 122

MINUSTAH 47, 48, 52, 53

P

Periferias 120

R

Raça 3, 4, 11

Racismo 47, 58, 60

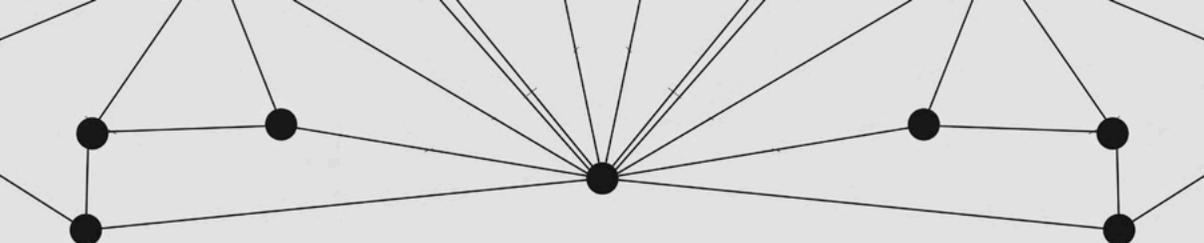
Redes 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 27, 28, 56, 66, 68, 69, 71, 72, 73, 76, 77, 98, 100, 107, 108, 109, 111, 115, 118, 120, 121, 123

Resistência 3, 6, 8, 47, 49, 57, 59, 75, 120

S

Spinoza 1, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14

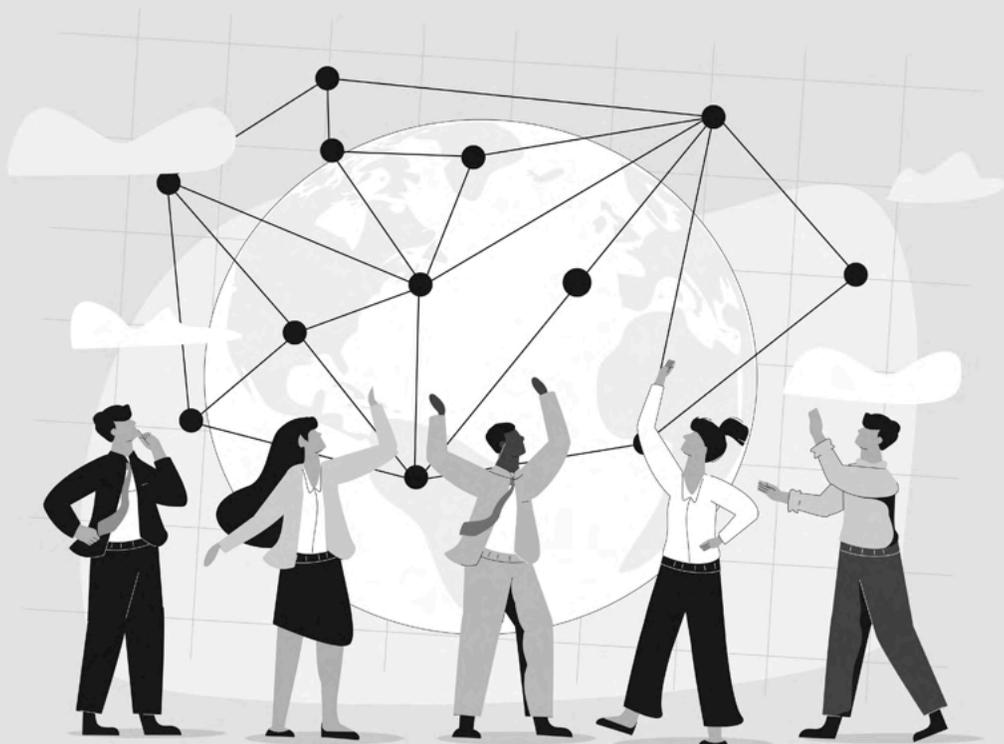
Stakeholders 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77



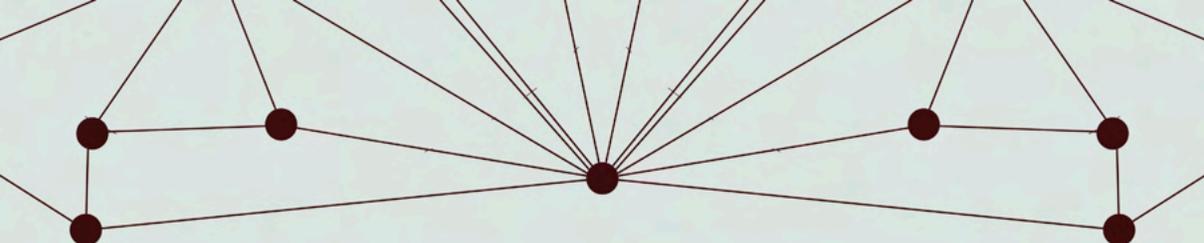
 www.arenaeditora.com.br
 contato@arenaeditora.com.br
 @arenaeditora
 www.facebook.com/arenaeditora.com.br

SOCIOLOGIA:

Tempo, indivíduo e sociedade




Ano 2022



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

SOCIOLOGIA:

Tempo, indivíduo e sociedade

